

As vocações estratégicas do Comando Militar da Amazônia

Luiz Claudio Ferreira de Araujo¹

Sumário executivo

O presente artigo aborda as capacidades e missões do Comando Militar da Amazônia (CMA) na defesa e desenvolvimento sustentável da região amazônica, enfatizando a importância da compreensão das dimensões física, humana e informacional como fator de sucesso para a superação de desafios logísticos e operacionais devido às condições adversas e vastos espaços inóspitos característicos do ambiente amazônico ocidental, cuja área abrange os estados do Acre, Amazonas, Rondônia e Roraima.

A prontidão operacional do CMA se dá principalmente por meio de operações de Defesa da Pátria e de combate a ilícitos transfronteiriços e ambientais. Seja de reconhecimento, presença e dissuasão na fronteira, exercícios de adestramento ou cooperação com outras forças e agências, as ações operacionais são essenciais para que o CMA mantenha seus cerca de 20 mil homens em constante estado de vigilância, preparo e prontidão, condições vitais para a Defesa da Amazônia.

Na proteção do meio ambiente, o CMA busca apoiar e implementar projetos de energia sustentável e preservação ambiental, além de fornecer assistência médica e outras necessidades básicas para as comunidades locais.

Como principais recomendações, o artigo inclui a manutenção da prontidão das tropas, o fortalecimento das operações conjuntas ÁGATA, bem como a expansão de iniciativas e ações voltadas à produção de energia sustentável e à ampliação das ações de assistência às comunidades indígenas e ribeirinhas. O artigo incita, ainda, a um maior engajamento das comunidades locais em iniciativas de segurança, denunciando atividades ilegais. ONGs podem apoiar a preservação ambiental e atuar na fiscalização independente. A academia pode, ainda, realizar pesquisas em tecnologias sustentáveis e oferecer programas educacionais. A indústria e o setor privado devem investir em projetos de desenvolvimento sustentável e colaborar com o CMA e outras entidades.

O artigo postula, portanto, que a defesa da Amazônia requer uma abordagem integrada que envolva o CMA, Forças Armadas, governos, comunidades, ONGs, academia e setor privado, visando fortalecer a segurança, promover o desenvolvimento sustentável e assegurar a preservação ambiental.

Palavras-chave

Amazônia; Comando Militar da Amazônia; Defesa; Cooperação.

1. O Coronel Luiz Claudio Ferreira de Araujo é o coordenador do Núcleo de Estudos Estratégicos do Comando Militar da Amazônia (NEE/CMA). Possui Bacharelado em Ciências Militares pela AMAN (Turma de Cavalaria de 1998); Especialização em Educação Física (EsEFEx, 2003); Pós-Graduação em Ciências Militares pela EsAO (2006); Altos Estudos Militares pela ECEME (CCEM 2014-2015); MBA em Política e Estratégia pela Fundação Getúlio Vargas (FGV); o Curso Superior de Defesa, pela Escola Superior de Guerra (ESG) e o Curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército (2022).

1. Introdução

“A Defesa da Amazônia não se faz apenas com soldados de fuzil”.

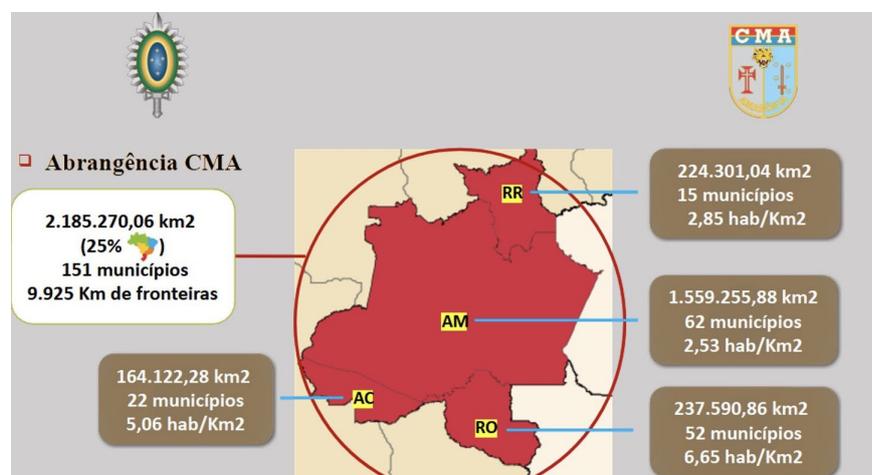
General de Exército Ricardo Augusto Ferreira Costa Neves,
Comandante Militar da Amazônia

O ambiente operacional é definido como o conjunto de condições e circunstâncias que influenciam o espaço de atuação das forças militares, sendo caracterizado por três dimensões: física, humana e informacional (Brasil, 2022). Historicamente, a análise do ambiente operacional tem sido focada na dimensão física, levando em conta principalmente os aspectos do terreno e as condições meteorológicas, com preponderância nos conflitos da Era Industrial. No entanto, as mudanças tecnológicas e sociais, que alteraram o tipo e a natureza das operações, exigem cada vez mais uma visão que considere as dimensões humana e informacional em um mesmo patamar.

A dimensão humana torna necessário aos mais elementares escalões considerar, por exemplo, questões humanitárias, culturais, Direito Internacional Humanitário, movimentos migratórios, comportamentos e outros elementos que são frequentemente fontes de conflitos de interesses. Sua perfeita compreensão e análise, portanto, adquire a mesma relevância que a análise do terreno (Brasil, 2022).

A dimensão informacional, por sua vez, inclui sistemas utilizados para adquirir, produzir, distribuir e processar informações, obtendo destaque devido aos avanços na área de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC). No contexto contemporâneo, onde a percepção estabelecida como válida nas mentes de um ou mais públicos-alvo é hoje considerada um elemento crucial das operações militares, a dimensão informacional passa a ter, por vezes, papel preponderante sobre as dimensões física e humana.

Figura 1. Área de abrangência do Comando Militar da Amazônia



Fonte: Núcleo de Estudos Estratégicos - Comando Militar da Amazônia.

Particularmente na Amazônia Ocidental, uma área preservada que abrange 25% do Território Nacional, correspondente aos estados do Acre, Amazonas, Rondônia e Roraima, o ambiente

operacional é composto por enormes espaços de águas interiores, terrestres, aéreas, espaciais e cibernéticos, compartilhado por agências, forças adversas, pelo espectro eletromagnético, pelas severas condições climáticas e meteorológicas, além da população amazônica. Nesse complexo panorama, a responsabilidade de manter a soberania nacional, por meio da Defesa Militar Terrestre, recai sobre o Comando Militar da Amazônia (CMA).

Diante de tal complexidade, para que o CMA possa cumprir a sua missão constitucional, são necessárias capacidades militares para a execução de atividades operacionais, logísticas e subsidiárias, as quais lhe conferem características, habilidades e vocações especiais.

“Vocação” é derivado do verbo no latim “vocare”, que significa “chamar”. É uma inclinação, uma tendência ou habilidade que leva o indivíduo a exercer uma determinada carreira ou profissão. Por extensão, vocação é um talento, uma aptidão natural, um pendor, uma capacidade específica para executar algo que vai lhe dar resultados palpáveis (Enciclopédia Significados, 2024).

Ampliando tal significado para o conceito de “vocação estratégica”, pode-se inferir à tendência ou habilidade de uma organização, ou indivíduo, para desenvolver e implementar estratégias eficazes, podendo, inclusive, envolver a identificação de oportunidades, a formulação de planos e a execução de ações estratégicas para alcançar objetivos específicos. A vocação estratégica é, portanto, influenciada por vários fatores, incluindo a missão da organização, seus valores, seu ambiente operacional e suas capacidades internas.

Tendo os conceitos acima não só como farol, mas como complementares e pré-requisitos ao cumprimento de suas missões constitucionais, estabelecendo uma estreita ligação entre a compreensão do ambiente operacional, a obtenção de capacidades operacionais e a identificação das vocações estratégicas, o presente artigo visa responder a um questionamento simples, porém de grande e profundo significado:

O que é (ou como) defender a Amazônia?

Este estudo apresenta, portanto, a partir não só da compreensão do ambiente operacional amazônico, como também das capacidades militares terrestres², as Vocações Estratégicas do Comando Militar da Amazônia (CMA) por meio de ações recentes, em consonância com a Política Nacional de Defesa (PND).

Nesse documento, destaca-se a necessidade da atenção às áreas onde se concentram os poderes político e econômico e a maior parte da população brasileira, além da Amazônia e do Atlântico Sul (PND, 2020). Além disso, ressalta-se que a vasta extensão territorial, a baixa densidade demográfica da Amazônia brasileira, as dificuldades de mobilidade, os recursos minerais, o potencial hidrelétrico e a valiosa biodiversidade da região exigem a efetiva presença do Estado para o desenvolvimento e a integração dessa região (PND, 2020).

Ademais, a Estratégia Nacional de Defesa (END, 2020), em particular no que se refere ao Exército, afirma que o processo de transformação do Exército deve buscar compatibilizar-se com a estratégia de presença, especialmente na Amazônia, além de ser orientado pelas características de flexibilidade, adaptabilidade, modularidade, elasticidade e sustentabilidade.

Nesse sentido, destaca-se o crescente engajamento da sociedade amazônica em assuntos de Defesa, evidenciado por importantes iniciativas,³ cujo objetivo é aprimorar a segurança das fronteiras, conduzir discussões sobre a Defesa da Amazônia, promover conscientização sobre sua importância estratégica e impulsionar políticas de proteção e preservação ambiental. Assim, o CMA, por intermédio de seu Núcleo de Estudos Estratégicos (NEE), busca esta-

2. A capacidade militar terrestre é constituída por um grupo de capacidades operativas com ligações funcionais, reunidas para que os seus desenvolvimentos potencializem as aptidões de uma força para cumprir determinada tarefa dentro de uma missão estabelecida (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2015).

3. Em 2023 e 2024, o CMA promoveu, por intermédio do Núcleo de Estudos Estratégicos, seis eventos voltados para a área de Tecnologia, Defesa e Segurança, Indústria Naval, História Militar, Logística e Base Industrial de Defesa, os quais contaram com ampla participação de integrantes da Academia, Indústria e Comércio e representantes de entidades governamentais.

“Além disso, ressalta-se que a vasta extensão territorial, a baixa densidade demográfica da Amazônia brasileira, as dificuldades de mobilidade, os recursos minerais, o potencial hidrelétrico e a valiosa biodiversidade da região exigem a efetiva presença do Estado para o desenvolvimento e a integração dessa região.”

“...o CMA, por intermédio de seu Núcleo de Estudos Estratégicos (NEE), busca estabelecer vínculos entre Academia, Indústria e Governo, a chamada tríplice hélice, por meio da promoção de simpósios e da assinatura de protocolos de intenções com universidades e centros de pesquisa da região, contribuindo para o desenvolvimento sustentável, aproximando instituições de pesquisa da Base Industrial de Defesa (BID) e fortalecendo ainda mais a participação da sociedade amazônica em questões de Defesa.”

belecer vínculos entre Academia, Indústria e Governo, a chamada tríplice hélice,⁴ por meio da promoção de simpósios e da assinatura de protocolos de intenções com universidades e centros de pesquisa da região, contribuindo para o desenvolvimento sustentável, aproximando instituições de pesquisa da Base Industrial de Defesa (BID) e fortalecendo ainda mais a participação da sociedade amazônida em questões de Defesa.

2. As capacidades militares relacionadas ao ambiente operacional amazônico

No que tange às capacidades militares necessárias ao permanente estado de prontidão de tropas na Amazônia Ocidental, algumas delas merecem destaque, como a **prontidão operacional** (grifo nosso), compreendida como o “estado de preparação de uma unidade ou força militar, caracterizado pela capacidade de pronta-resposta a todo ato hostil de origem externa ou interna” (Brasil, 2015, p. 226). Vale-se, para isso, de atividades que visam preparar forças com poder de combate capazes de possibilitar o desequilíbrio estratégico por meio da dissuasão, da ofensiva e da projeção de força nas crises/conflitos armados, previstas nas hipóteses de emprego da Defesa.

A mesma vertente operacional remete à **prontidão logística** (grifo nosso), traduzida na

capacidade de pronta-resposta das organizações militares logísticas para fazer face às demandas de apoio à Força Terrestre (F Ter) em tempo de paz e em operações, fundamentada na doutrina, no adestramento, na organização, gestão das informações, efetividade do ciclo logístico e na capacitação continuada do capital humano” (Brasil, 2022, p. 1).

Outro importante conceito relacionado ao ambiente amazônico é o de **Operações Interagências** (grifo nosso), entendido como

[a] interação das Forças Armadas com outras agências com a finalidade de conciliar interesses e coordenar esforços para a consecução de objetivos ou propósitos convergentes que atendam ao bem comum, evitando a duplicidade de ações, a dispersão de recursos e a divergência de soluções com eficiência, eficácia, efetividade e menores custos (Brasil, 2017, p. 14).

3. As vocações estratégicas do Comando Militar da Amazônia

a. Defesa da Pátria

A Defesa da Pátria refere-se ao “conjunto de atitudes, medidas e ações do Estado, com ênfase na expressão militar, para a defesa do Território Nacional, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças preponderantemente externas, potenciais ou manifestas” (Brasil, 2020a, p.11). Essa missão é uma das principais responsabilidades das Forças Armadas de um país, estabelecida na Constituição e nas leis que regem a Defesa Nacional. Envolve a preparação e o emprego de recursos militares para dissuadir agressões, repelir invasões e garantir a integridade territorial. Além disso, a Defesa da Pátria pode incluir a proteção de infraestruturas estratégicas, a vigilância das fronteiras e o monito-

4. A tríplice hélice é um modelo de inovação que descreve a interação entre universidade, indústria e governo para fomentar o desenvolvimento econômico e social, promovendo a colaboração e a troca de conhecimento entre esses três setores.

“Na Amazônia Ocidental, o Comando Militar da Amazônia (CMA) é responsável pela Defesa da Pátria, em sua vertente militar terrestre. Para garantir a Soberania Nacional e os interesses do Estado Brasileiro sobre a floresta tropical mais rica do planeta, com enorme biodiversidade, água doce abundante e inúmeras riquezas minerais, o CMA mantém suas tropas em permanente estado de prontidão operacional e logística.”

ramento do espaço aéreo e marítimo. Em resumo, trata-se da preservação da segurança e da soberania do país diante de possíveis ameaças externas.

Na Amazônia Ocidental, o Comando Militar da Amazônia (CMA) é responsável pela Defesa da Pátria, em sua vertente militar terrestre. Para garantir a Soberania Nacional e os interesses do Estado Brasileiro sobre a floresta tropical mais rica do planeta, com enorme biodiversidade, água doce abundante e inúmeras riquezas minerais, o CMA mantém suas tropas em permanente estado de prontidão operacional e logística. Ademais, as tropas brasileiras especializadas no combate em ambiente de selva são conhecidas internacionalmente, tornando-se assim um fator de dissuasão.

Nessa perspectiva, conforme a Diretriz do Comandante do Exército (BRASIL, 2023) e a Estratégia Nacional de Defesa (END), documentos que destacam a Amazônia como prioritária para a Defesa Nacional, as ações do Exército Brasileiro na prontidão operacional e logística de suas tropas refletem-se em diversas atividades, das quais merecem destaque:

- Incremento do poder de combate da 1ª Brigada de Infantaria de Selva (1ª Bda Inf SI), com a ativação do 18º RC Mec, alocação de 2 mil vagas de pessoal, completamento dos quadros de material das OM e de dotação de munição, dentre outras iniciativas estratégicas constantes do Plano Estratégico do Exército (Brasil, 2024);
- Emprego da Força de Prontidão do CMA e módulos especializados da Força Terrestre em ações dissuasórias na faixa de fronteira;
- Aquisição de meios optrônicos de visão termal para os pelotões especiais de fronteira (PEF);
- 522 operações de reconhecimento de fronteiras, por meio das operações Escudo, de caráter permanente.

b. Combate aos ilícitos transfronteiriços e ambientais

A Lei Complementar nº 136/2010, ao acrescentar o artigo 16-A à Lei Complementar nº 97/1999, expandiu o poder de polícia conferido às Forças Armadas para realizar ações preventivas e repressivas na faixa de fronteira (150 km) contra delitos transfronteiriços e ambientais (SILVA, 2020). É nesse escopo que o CMA realiza operações permanentes de combate aos ilícitos na faixa limdeira da Amazônia, numa dimensão de cerca de 10.000 km de fronteiras terrestres, sempre em conjunto com as demais Forças Singulares, Órgãos de Segurança Pública e Agências Governamentais, por intermédio das Operações ÁGATA⁵, conjuntas e singulares, que ocorrem durante todo o ano, assegurando a presença do Estado nos mais longínquos rincões da floresta.

Soma-se a isso a permeabilidade da fronteira Amazônica Ocidental, problema conhecido pela sociedade nacional de longa data, favorecendo a ocorrência de crimes transnacionais, como o tráfico de drogas, o tráfico de armas e o tráfico de munições, entre outros, além do fato de a região ser limítrofe com os principais produtores de drogas do cenário internacional.

A tríplice fronteira norte, onde se encontram Brasil (Tabatinga), Colômbia (Letícia) e Peru (Santa Rosa do Javari), é uma área crítica na Amazônia Ocidental, que representa um verdadeiro arco de instabilidade. Tabatinga, situada próxima à Terra Indígena do Vale do Javari — a segunda maior área indígena demarcada no Brasil e com o maior número de comunidades nativas isoladas do país —, torna-se um ponto estratégico para a atuação do crime organizado, que frequentemente recruta a população local para atividades

5. As Operações Ágata são ações coordenadas pelo Ministério da Defesa do Brasil, envolvendo as Forças Armadas, com o objetivo de combater crimes transnacionais e ambientais, fortalecer a presença do Estado em áreas de fronteira e promover a segurança nacional.

“Ao integrar as operações das Forças Armadas com as iniciativas do PPIF, tendo o CMA como um dos principais atores, uma abordagem mais eficaz e coordenada pode ser alcançada para combater crimes como tráfico de drogas e contrabando de armas, promovendo, em última instância, a segurança e a estabilidade na região amazônica ocidental.”

ilícitas. A proximidade com áreas de produção de drogas na Colômbia e no Peru agrava a situação, atraindo carteis, principalmente colombianos, que utilizam a região para o escoamento de drogas. Essas substâncias são transportadas pelo rio Solimões até Manaus, de onde são distribuídas para outras partes do Brasil e do mundo, exacerbando a violência e a instabilidade na área. Exatamente nessa região, cabe destacar a vigilância permanente dos Pelotões Especiais de Fronteira, em especial os de Vila Bittencourt-AM e Ypiranga-AM, pertencentes à 16ª Brigada de Infantaria de Selva, que, devido a sua localização estratégica e capacidade de vigilância, atuam diuturnamente como sentinelas avançadas na fronteira.

Nesse ambiente, o estabelecimento do Programa Integrado de Proteção de Fronteiras (PPIF), em 2016, desempenha um papel crucial na abordagem de questões como o combate à mineração ilegal, violência armada e pesca predatória, aumentando a cooperação entre as agências de segurança pública, defesa, vigilância e inteligência na região de fronteira (SILVA-MILLER, 2022). Ao integrar as operações das Forças Armadas com as iniciativas do PPIF, tendo o CMA como um dos principais atores, uma abordagem mais eficaz e coordenada pode ser alcançada para combater crimes como tráfico de drogas e contrabando de armas, promovendo, em última instância, a segurança e a estabilidade na região amazônica ocidental. Essa estratégia integrada e coordenada é essencial para maximizar a eficiência, mitigar ameaças e garantir uma presença robusta ao longo das fronteiras, contribuindo para a proteção geral do ecossistema amazônico e de seus habitantes.

Ademais, se por um lado a integração entre órgãos de Defesa, segurança pública, meio ambiente e proteção indígena é crucial, da mesma forma, a cooperação internacional, especialmente com países vizinhos à Amazônia Ocidental, é fundamental para combater ilícitos transfronteiriços e ambientais. A exemplo dessa crescente integração, em 2023 e 2024, o CMA intensificou suas ações de cooperação com Peru e Colômbia para combater os ilícitos transfronteiriços, com destaque para o garimpo ilegal e o tráfico de drogas. No Peru, o Comandante Militar da Amazônia reuniu-se com autoridades militares peruanas para discutir operações conjuntas na região amazônica. Durante a visita, também conheceu o Centro Nacional de Operação de Imagens Satelitais do Peru, reforçando a cooperação e discutindo estratégias integradas para enfrentar ameaças transfronteiriças.

Na Colômbia, em outra oportunidade, o CMA abriu as negociações para o intercâmbio de informações de inteligência e para a realização de operações espelhadas, além da possibilidade de estabelecer Oficiais de Ligação, facilitando o compartilhamento de informações. Essas reuniões não só fortaleceram a amizade e a cooperação, como também intensificaram os entendimentos sobre a necessidade de unir esforços internacionais em ambas as fronteiras.

Diante desse complexo ambiente operacional, tendo a prontidão operacional e logística como pré-requisitos básicos à atuação das Forças Armadas na Amazônia, o CMA apresentou expressivos resultados no cumprimento dessa vocação estratégica, cujos resultados foram consubstanciados nos relatórios de operações e ações subsidiárias do Centro de Coordenação e Operações do CMA. Tendo como base o ano de 2023, chega-se a números que dão a dimensão das inúmeras ações desenvolvidas especificamente na Terra Indígena Yanomami (TIY), onde se destacam:

- Redução de 78,5% das áreas de garimpo;
- Redução de 80% da presença de garimpeiros;
- Redução de 90% dos voos ilícitos;
- 7358 horas de voo, perfazendo o maior esforço aéreo das Forças Armadas desde a Segunda Guerra Mundial; Mais de 11 mil militares empregados em operações;
- Operações Ágata, as quais, no ano de 2023, realizaram apreensões em da ordem de 682 milhões de reais em drogas, veículos, aeronaves, madeira e dragas de garimpo;

- Apreensão de 40 toneladas de cassiterita;
- Prisão de 165 pessoas;
- Apreensão/ neutralização de 22 aeronaves;
- Apreensão/ neutralização de 88 balsas de extração de minérios;
- Apreensão/ neutralização de 385 motores.

c. Proteção do meio ambiente

O CMA possui ações duradouras de proteção da fauna e da flora, além de buscar novas soluções de desenvolvimento sustentável e serviços ecossistêmicos. Uma das principais ações é provida pelo Centro de Instrução de Guerra na Selva (CIGS) por meio do seu Zoológico, reinserindo animais reabilitados na natureza. Além disso, tanto o CIGS quanto o 1º Batalhão de Infantaria de Selva mantêm mais de 99% da fauna e da flora de seus campos de instrução preservadas. Além dessas ações, merecem destaque:

- A implementação de usinas fotovoltaicas nos pelotões especiais de fronteira (PEF) iniciada no 5º PEF do Comando de Fronteira Roraima/ 7º Batalhão de Infantaria de Selva, em Auaris-RR. Os demais PEF encontram-se em processo de implantação;
- Instalação de estações de tratamento de esgoto em organizações militares (OM) da Guarnição de Manaus;
- Retirada dos tanques de combustíveis enterrados em OM da Guarnição de Manaus;
- Plantio de 23.126 mudas de árvores.

d. Apoio e respeito aos povos originários e à população amazônica

O CMA cumpre seu compromisso de respeitar e apoiar, desde sempre, os povos originários e a população amazônica. Por intermédio do acompanhamento clínico e sanitário e do atendimento médico-hospitalar, as Organizações Militares proveem o apoio aos povos originários que vivem nas terras indígenas e àqueles que residem nas comunidades ribeirinhas tradicionais, no interior da floresta. Ademais, as missões humanitárias conduzidas pelo Exército na Amazônia realizam a distribuição de cestas básicas, de alimentos e de água potável para as comunidades isoladas, fortalecendo assim o sentimento de respeito entre os povos originários, a população amazônica e os homens que vestem farda.

Nessa vertente, é necessário destacar a importância da fiel compreensão da peculiar dimensão humana da Amazônia, em que a diversidade de comunidades indígenas, tradicionais e ribeirinhas contrasta com as grandes concentrações populacionais, particularmente em Manaus-AM e outras cidades, ampliando os desafios sociais como pobreza, desigualdade e acesso à educação e saúde. Além disso, a rica e diversa cultura amazônica, com influência indígena, cabocla e afro-brasileira, traz à tona a importância desse aspecto na identidade e organização social. Soma-se a isso a atuação de organizações não-governamentais (ONG), empresas e grupos criminosos, influenciando também a dimensão humana do ambiente operacional.

Em meio a esse cenário antrópico, o CMA procura estabelecer ligações com diversos atores da sociedade, como por exemplo:

- Presença nas comunidades indígenas da Terra Indígena do Vale do Javari por meio de ações repressivas contra ilícitos ambientais, visitas, ações cívico-sociais (ACISO) e entrega de alimentos, medicamentos e atendimentos médico-hospitalares;

“...é necessário destacar a importância da fiel compreensão da peculiar dimensão humana da Amazônia, em que a diversidade de comunidades indígenas, tradicionais e ribeirinhas contrasta com as grandes concentrações populacionais, particularmente em Manaus-AM e outras cidades, ampliando os desafios sociais como pobreza, desigualdade e acesso à educação e saúde. Além disso, a rica e diversa cultura amazônica, com influência indígena, cabocla e afro-brasileira, traz à tona a importância desse aspecto na identidade e organização social.”

- Estabelecimento de relações institucionais com os poderes constitucionais, autoridades, empresários, entidades de classe, com a finalidade de buscar soluções compartilhadas voltadas para a Defesa da Amazônia;
- Realização de 69.248 atendimentos de saúde aos Indígenas;
- Incorporação de 1.843 militares indígenas das mais diversas etnias, perfazendo cerca de 10% do efetivo de todo o CMA. Além disso, cerca de 500 indígenas são anualmente incorporados ao Exército.

e. Cooperação com o desenvolvimento regional

“Cabe ressaltar, ainda, o trabalho pioneiro do Exército no lançamento dos cabos de fibra óptica do Programa Amazônia Conectada (PAC), conduzido pelo 4º Centro de Telemática de Área, que permitiu a milhares de amazônidas o acesso à internet, contribuindo assim para as comunicações em geral, para a educação à distância e para a telemedicina.”

A Engenharia Militar se faz presente na Amazônia por intermédio do 2º Grupamento de Engenharia, que possui Batalhões de Construção em Santarém-PA, Porto Velho-RO, Rio Branco-AC e Boa Vista-RR, além de uma Companhia de Engenharia de Construção em São Gabriel da Cachoeira-AM. As obras militares e de cooperação trazem incentivos socioeconômicos, pois geram novos contratos para as empresas e comércio locais e utilizam a mão de obra regional. Cabe ressaltar, ainda, o trabalho pioneiro do Exército no lançamento dos cabos de fibra óptica do Programa Amazônia Conectada (PAC)⁶, conduzido pelo 4º Centro de Telemática de Área, que permitiu a milhares de amazônidas o acesso à internet, contribuindo assim para as comunicações em geral, para a educação à distância e para a telemedicina.

Dentre as principais contribuições recentes para o desenvolvimento da Amazônia Ocidental, destacam-se as obras de cooperação em Santa Rosa do Purus, interior do Acre, onde o 7º Batalhão de Engenharia de Construção (7º BEC) não só conduz a construção da pista de pouso que irá permitir o apoio logístico àquela região isolada, como realiza apoio emergencial à população devido às chuvas e à cheia repentina do Rio Purus.

Por outro lado, o 8º Batalhão de Engenharia de Construção (8º BEC), por meio da operação MATAPI, prossegue nos trabalhos de engenharia na BR-156, que une Laranjal do Jari-AP a Macapá-AP, contribuindo para a integração daquela porção da Amazônia brasileira.

Em outra frente, o 6º Batalhão de Engenharia de Construção (6º BEC) concluiu a estrada que une o 4º PEF, na Comunidade de Estirão do Equador, em Atalaia do Norte-AM, à Pista de Pouso da Comissão de Aeroportos da Região Amazônica (COMARA). Em que pese o tamanho da via, com pouco mais de 6km, sua construção foi realizada em meio às agruras da selva amazônica, como solo argiloso e chuvas constantes, fatos que destacam o trabalho do soldado de Engenharia, contribuindo para facilitar a logística da Comunidade de Estirão do Equador.

Além disso, em São Gabriel da Cachoeira-AM, obras realizadas pela 21ª Companhia de Engenharia de Construção (21ª Cia E Cnstr) contribuem ainda mais para a integração nacional, por meio da Operação BONTÉ, que consistirá na manutenção e conservação da BR-307/AM, com a construção de pontes de madeira, bueiros, nas proximidades do distrito de CUCUÍ, na tríplice fronteira BRASIL, COLÔMBIA e VENEZUELA.

6. O Projeto Amazônia Conectada (PAC) está avançando com o lançamento de 620 km de cabos ópticos no leito do rio Negro, beneficiando várias comunidades com conectividade. Este exercício de simulação, iniciado de Barcelos/AM, vai até Santa Isabel do Rio Negro/AM e São Gabriel da Cachoeira/AM, e será concluído até agosto. Ao final dessa fase, o PAC terá implantado um total de 1.820 km de fibras ópticas, atendendo nove municípios, incluindo Manaus. Desde 2015, aproximadamente 1.200 km de cabos ópticos já foram instalados em sete localidades ao longo dos rios Negro e Solimões, beneficiando milhares de famílias, 6 hospitais com serviços de telemedicina e 10 escolas, com a previsão de atingir 54 escolas até o final de agosto. O PAC, iniciado por um Memorando de Entendimento em 2014 e formalizado em 2015, visa conectar unidades do Exército Brasileiro na Amazônia e beneficiar a sociedade com serviços digitais como internet, telemedicina, educação à distância, segurança pública, trânsito e turismo.

4. Conclusão

O Exército Brasileiro, por intermédio do CMA, integra a missão de Defesa da Amazônia, sem deixar de priorizar a proteção ambiental e o respeito aos povos originários e aos amazônidas, destacando-se pela cooperação interinstitucional. Isso reflete seu compromisso com o desenvolvimento regional da Amazônia, em meio a desafios tão complexos.

Por essa razão, ao implementar efetivamente suas vocações estratégicas, o CMA buscará sempre conduzir um planejamento integrado, participativo e de longo prazo, envolvendo diversos atores e setores da sociedade. Além disso, faz-se necessário que as instituições responsáveis pela saúde indígena e proteção ambiental tenham suas estruturas fortalecidas.

Por fim, o diálogo contínuo entre órgãos envolvidos na Defesa da Amazônia é essencial para criar sinergias e implementar estratégias abrangentes. Afinal, a colaboração permite que essas instituições aproveitem seus recursos e competências de forma eficaz, abordando os desafios multifacetados da região de forma integrada.

Em suma, o CMA acredita que defender a Amazônia é continuar trabalhando pelo desenvolvimento sustentável, inclusivo e diversificado da Amazônia, valorizando sua riqueza natural e cultural para beneficiar a população local e o país como um todo. Ao longo de sua história, o CMA tem buscado equilibrar seu papel de Defesa com ações de apoio à população, especialmente em situações emergenciais. ■

Referências

1. Brasil. (1988) *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. (Acesso em: 17 de março de 2024).
2. Brasil. (1999) *Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp97.htm. (Acesso em: 17 de março de 2024).
3. Brasil. (2010) *Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp136.htm#art1. (Acesso em: 17 de março de 2024).
4. Brasil. (2015a). *Catálogo de Capacidades do Exército*. EB20-C-07.001. Brasília, DF: Exército Brasileiro.
5. Brasil. (2015b). *Glossário das Forças Armadas*. 5. ed. Brasília, DF: MD.

6. Brasil. (2017). *Operações Interagências*. MD33-M-12. 2. ed. Brasília, DF: Ministério da Defesa. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/legislacao/emcfa/publicacoes/operacoes/md33a_ma_12a_opa_interagenciasa_2a_eda_2017.pdf (Acesso em: 19 agosto 2024).
7. Brasil. Ministério da Defesa (2020a). *Estratégia Nacional de Defesa*. MD35-G-01. 5.ed. Brasília, DF: Ministério da Defesa.
8. Brasil. Ministério da Defesa (2020b). *Política Nacional de Defesa*. Brasília, DF: Ministério da Defesa.
9. Brasil. (2022). *Doutrina Militar Terrestre*. EB10-MF-10.102. 3.ed. Brasília, DF: Exército Brasileiro.
10. Brasil. (2022). *Grupamento logístico*. EB70-MC-10.357. 2ª ed. Brasília, DF: Exército Brasileiro.
11. Brasil. (2023). *Diretriz do Comandante do Exército 2023-2026*. Disponível em: http://www.10rm.eb.mil.br/images/banners/diretriz_cmd_eb_2023.pdf (Acesso em: 19 agosto 2024).
12. Brasil. (2024) *Plano Estratégico do Exército*. Brasília, DF: Exército Brasileiro.
13. Cunha, G. L.; Queiroz, F. A.; Martinez, M. M. (2020). *Biodiversidade, Biotecnologia e Poder: a Amazônia em meio a estratégias de desenvolvimento na América do Sul*. In: Buenafuente, S.; Gantos, M. (org.). *Economia de Mercado e Políticas Ambientais na Amazônia: Sustentabilidade Socioeconômica dos Povos Indígenas*. Boa Vista: EDUFRR, 2020.
14. Enciclopédia Significados. (n.d.) Significado de Vocação. [online] Significados. Disponível em: <https://www.significados.com.br/vocacao/> (Acesso em 22 de Julho 2024).
15. Kolk, A. (1998). Do conflito à cooperação: Políticas internacionais para proteger a Amazônia brasileira. *Desenvolvimento Mundial*, 26, 1481-1493. [https://doi.org/10.1016/S0305-750X\(98\)00062-X](https://doi.org/10.1016/S0305-750X(98)00062-X).
16. Macedo, G. G. (2021). Climate Security, the Amazon, and the Responsibility to Protect. *Brazilian Political Science Review*. doi: 10.1590/1981-3821202100020007.
17. Silva-Muller, L.; FAUL, M. V. (2022). Protecting the Amazon and Its People. *The Role of Civil Society in the Local Effectiveness of Transnational Partnerships*. 83-103. doi: 10.4324/9781003148371-6.